

# EMPIRISMO *VERSUS* NORMATIVISMO: UM CONCEITO PROCEDIMENTAL DE DEMOCRACIA DE JÜRGEN HABERMAS.

Stéphanie Luíse Pagel Scharf<sup>1</sup>  
Feliciano Alcides Dias<sup>2</sup>

## Resumo

Através de uma análise da obra de Jürgen Habermas, o presente artigo busca, após resumir de maneira didática a teoria do mestre alemão, apresentar o conceito procedimental de democracia, no qual o empirismo de Werner Becker é colocado em xeque. Becker utiliza o empirismo para construir uma teoria normativa da democracia, que teria como objetivo encontrar uma justificação: o poder em geral se manifestaria na superioridade do mais forte, enquanto o poder estatal se exteriorizaria na estabilidade por ele mantida. O conceito de democracia de Becker analisa as regras que dirigem as eleições gerais, a concorrência entre os partidos e o poder da maioria. Habermas elenca as dificuldades encontradas pelo modelo empírico, e passa à análise dos modelos tradicionais normativos de democracia (a liberal e a republicana), propondo como ideal aquele decorrente na teoria discurso, que integra elementos das filosofias liberal e da republicana, objetivando um procedimento ideal para a deliberação dos cidadãos e a tomada de decisão.

**Palavras-chave:** Habermas; Teoria do Discurso; Política Deliberativa.

## Abstract

Analyzing the theory of Jürgen Habermas, this article has as goal, after summarizing the German Teacher's theory in a didactic way, present the procedural concept of democracy, in which Werner Becker's empiricism is checked. Becker uses empiricism to build a normative theory of democracy, which aim to find a justification: power in general manifest itself in the superiority of the strongest, while state power would be externalized in the stability it can maintain. Becker's concept of democracy analyzes the rules of general elections, competition between parties and majority power. Habermas lists the difficulties encountered by the empirical model, and proceeds to the analysis of the traditional normative models of democracy (liberal and republican), proposing as an ideal the one resulting from discourse theory, which integrates elements of liberal and republican philosophies, searching an ideal procedure for citizen deliberation and decision-making.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Direito Público pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Integrante do Grupo de Pesquisa cadastrado junto ao CNPq, Sociedade, Instituições e Justiça – SINJUS. Graduada em Direito (UFPR) e Contabilidade (FAE), MBA em Inteligência Financeira, Pós-graduada em Direito Público. Contadora Judiciária e Assessora de Juiz no TJSP. E-mail: [slpscharf@furb.br](mailto:slpscharf@furb.br)

<sup>2</sup> Doutor em Direito Público pela UNISINOS. Professor do Programa de Mestrado em Direito da Universidade Regional de Blumenau - FURB. Integrante do Grupo de Pesquisa cadastrado junto ao CNPq, Sociedade, Instituições e Justiça – SINJUS. Diretor do CCJ da FURB. Advogado e Árbitro. E-mail: [feliciano@furb.br](mailto:feliciano@furb.br)

**Keywords:** Habermas; Discourse Theory; Deliberative Democracy.

## **Introdução**

Preliminarmente a adentrar na questão da política deliberativa, é necessário realizar uma análise estrutural do raciocínio adotado por Jürgen Habermas. A teoria de Habermas tem como essência a importância da comunicação, e as influências que o levaram a esse caminho podem ser divididas em dois ramos: “primeiro, desenvolver uma teoria crítica da sociedade; e segundo, o acaso, por conta do ambiente acadêmico do qual ele fazia parte, circulado por Wittgenstein, Frege, Pierce, Gadamer e, posteriormente, por Karl Otto Appel” (Carvalho, 2017). O professor alemão adentra em diversos campos da sociologia e da filosofia, colocando a linguagem como “meio privilegiado para se desenvolver uma teoria da sociedade que seja “autorreflexiva e orientada rumo à emancipação” (Carvalho, 2017).

Outro ponto que muito influenciou o mestre germânico foi a reviravolta linguística do século XX, quando torna-se “impossível filosofar sobre algo sem filosofar sobre a linguagem, ao passo de que esse seria o momento constitutivo de todo ser humano e da formulação dos conhecimentos intersubjetivamente válidos” (Carvalho, 2017).

Conforme Souza (2016, p. 235), Habermas percebe a sociedade sob dois enfoques: o mundo da vida e os sistemas. Nessa organização social, o direito faz uma intermediação entre esses dois enfoques, para que os sistemas (como a política e a economia) não imponham seus interesses sobre o mundo da vida. Para isso, no entanto, o direito deve ser formado por meio de uma deliberação que inclua seus possíveis destinatários, e desta ideia decorre o que é denominado de “Princípio D”, o qual afirma que a deliberação somente gera normas válidas quando essas podem ser aceitas por seus destinatários (Souza, 2016, p. 235).

O “mundo da vida” seria o “lugar transcendental” onde está inserido o indivíduo permanentemente, e onde é possível haver entendimento e crítica (Souza, 2016, p. 235). O entendimento ocorre em três níveis: o objetivo (da natureza exterior), o social (da sociedade) e o subjetivo (da natureza interna). Esses três níveis se desenvolvem tendo como pano de fundo o mundo da vida, que é formado pela cultura, pela língua, pelas

tradições e valores transmitidos pela língua. Habermas lembra que somos seres históricos e sociais.

Em resumo, conforme entendimento de Souza (2016, p. 236), pode-se dizer que no conceito habermasiano o mundo da vida tem as seguintes características: forma um ambiente não contestado e não problematizado entre os indivíduos, mas com bases pouco sólidas; os indivíduos estabelecem um consenso que permite a existência de um conhecimento intersubjetivamente partilhado; e mesmo que as situações mudem, as fronteiras do mundo da vida não são transpostas, formando “um contexto por princípio inesgotável”.

Quando discorre acerca da questão dos “sistemas”, Souza (2016, p. 237) esclarece que este é o conceito oposto a “mundo da vida”, mas ambos representam pontos de vista diferentes da sociedade. Partindo da teoria sistêmica de Parsons, Habermas entende o sistema como um conjunto de subsistemas com seus respectivos “meios reguladores”. Assim, vislumbra o dinheiro como meio regulador do subsistema da economia; o poder como meio regulador do subsistema da política; a influência como meio regulador do subsistema da economia; o poder como meio regulador do subsistema da integração social; as obrigações valorativas como meios reguladores do subsistema da “preservação de modelos estruturais” (Souza, 2016, p. 237). Esses meios reguladores eliminam o dissenso que seria natural na interação comunicativa, pois os atores utilizam-se do meio regulador como um valor para fundamentar suas decisões dentro do subsistema, na busca da maior vantagem possível (Souza, 2016, p. 237).

Para que o sistema de normas funcione como meio de interação social deve-se resolver quatro problemas: legitimidade do Direito, significado da norma, sanção e jurisdição. Dentre esses problemas, o da sanção e o da jurisdição estão intimamente ligados ao sistema da política, já que nas formas desenvolvidas de organização política, o Estado tem o monopólio da aplicação da primeira e da organização da segunda. Já os problemas da legitimidade e da interpretação não estão, necessariamente, vinculados à política (Souza, 2016, p. 238). O problema da legitimidade relaciona o direito e a ética e, para Parsons, envolve questões religiosas. A interpretação pode estar vinculada ao papel do juiz, que busca a integridade do sistema de normas, ou ao do advogado, em cuja função prepondera a relação das normas com os indivíduos ou com a coletividade (Souza, 2016, p. 238).

Habermas coloca o Direito como um instrumento para restabelecer “canais adequados para o pleno diálogo entre a autonomia privada e a autonomia pública”. Existe,

portanto, umnexo problemático “entre as liberdades privadas subjetivas e a autonomia do cidadão”. Para a estabilização desse nexoproblemático, próprio das complexas sociedades modernas, o direito precisa utilizar “a força socialmente integradora do agir comunicativo”. Portanto, segundo Souza (2016, p. 234), o Estado de direito deve produzir um equilíbrio entre dinheiro, poder administrativo e solidariedade. E isso é possível quando o direito é utilizado como instrumento.

O filósofo e sociólogo alemão acredita que a lei deve ser obedecida, antes de tudo, por sua validade racional. Essa posição choca-se com o positivismo jurídico, que reduz o direito à lei que ingressou no mundo jurídico de modo formalmente correto. Com isso, a legalidade jurídica foi separada da justiça. Habermas defende de outro lado, que a “legitimidade da norma jurídica” deve ser medida por sua aceitabilidade racional. “O primeiro critério para isso é o procedimento racional do processo legislativo de onde as normas surgiram” (Souza, 2016, p. 241).

A imposição acrítica de informações gerou a proliferação das incertezas, que encontrou no Direito positivo um instrumento para permitir a integração social: a coesão que antes era alcançada por convicções provenientes da religião e da tradição passou a ser alcançada, com o Direito positivo, por meio da sanção externa aplicada aos que infringem as normas. No entanto, para que uma norma seja aceita suas razões devem ser legítimas, resistindo a questionamentos. A razão comunicativa exige que os atores sociais sejam capazes de justificar suas razões perante os demais, passando-se por um crivo. Assim, nos termos do defendido por Souza (2016, p. 242), Habermas entende que o direito só pode alcançar a integração entre o mundo da vida e o sistema se construído com base em uma democracia real, que permite aos destinatários perceberem-se como autores das normas.

O poder político do Estado democrático de direito se divide entre “poder comunicativo” e “poder administrativo”: no primeiro circulam as consultas e decisões racionais num processo de entendimento que gera um consenso de valores. O segundo funciona de acordo com as preferências do “sistema burocrático estatal”. Para Habermas, o direito é o instrumento de interpenetração desses dois “poderes”, que possibilita transformar o poder comunicativo em poder administrativo, impedindo que neste ocorra a implantação de interesses privilegiados (Souza, 2016, p. 243).

Dessa forma, Souza (2016, p. 244) esclarece que para que haja uma comunicação entre o mundo da vida e dos sistemas é necessário utilizar o direito como *medium*. Mas esse direito deve ser construído mediante um processo legislativo

democrático, do qual participe a comunidade, impedindo que interesses políticos e econômicos preponderem sobre a sociedade.

### **Werner Becker**

Segundo Luchi (2006, p. 74), a proposta de Werner Becker é empirista concreta e o ponto de vista do observador deveria chegar a coincidir com o do participante: os participantes do processo democrático (elite e cidadãos), deveriam aceitar participar do jogo político para defesa de seus interesses, mesmo sob a premissa de que as normas são apenas resultado de decisões contingentes. Para Habermas (1997, p. 12), Becker utiliza o empirismo para construir uma teoria normativa da democracia, que teria como objetivo encontrar uma justificação. O poder em geral se manifestaria na superioridade do mais forte, enquanto o poder estatal se exteriorizaria na estabilidade da ordem social por ele mantida: a estabilidade demonstra a legitimidade, que por sua vez pode ser medida no reconhecimento fático de seus cidadãos. E esse reconhecimento pode se dar desde uma simples tolerância até um assentimento. Nessa filosofia, uma ditadura que possibilitasse a estabilidade do Estado, por possuir uma legitimação da sociedade, seria considerada legítima, ou seja, a qualidade das razões invocadas não tem significado empírico nesta proposta, e não necessariamente uma ditadura precisaria ser mantida pela força.

Habermas (1997, p. 12-13) explica o conceito de democracia de Becker, que analisa as regras que dirigem as eleições gerais, a concorrência entre os partidos e o poder da maioria. Becker se apoia em uma compreensão empirista das regras sociais, ou seja, a validade das normas significa apenas que elas são sancionadas através de seu efeito estabilizador. O objetivo de prova é a demonstração de que os envolvidos podem ter boas razões para manter as regras estabelecidas numa democracia de massas. Em outras palavras: “ele não pretende justificar normativamente o arranjo democrático mas, empiricamente, almeja mostrar como corresponde ao interesse de todos, elites, partidos e cidadãos, que se atenham às regras do jogo de uma democracia de massa” (Luchi, 2006, p. 74).

A fundamentação de Becker, segundo Habermas (1997, p. 13), pode ser reconstruída como uma sequência em três tempos, cada um com dois momentos diferentes: o primeiro é uma explicação objetiva, o segundo é a tentativa de tradução para os próprios participantes da explicação racional obtida.

O primeiro tempo refere-se ao esclarecimento objetivo, à validade voluntarista e ao positivismo jurídico. As democracias atuais, baseadas no voto universal e com respeito à opinião da maioria, através de eleições livres, iguais e secretas, são apoiadas numa compreensão que surgiu da visão judaico-cristã de que todo homem tem valor igual perante Deus, e que substituiu uma ideia de validade transcendente das normas para uma validade ancorada na vontade dos cidadãos, que tomam decisões numa certa cultura. São, portanto, os próprios indivíduos que produzem a validade normativa, por um ato de livre assentimento. Portanto, vale como direito tudo aquilo e somente aquilo que um legislador eleito estabelece como tal. Porém essa ideia não se justifica racionalmente, pois é uma decisão cultural que se impôs faticamente.

Esse voluntarismo normativo corresponde a um positivismo jurídico:

[...] só seria juridicamente válido o que um legislador político coloca como tal. Quando agora os interessados querem se apropriar dessa explicação, da perspectiva do participante, eles tendem a buscar fundamentação para o subjetivismo ético e então apelam para direitos humanos suprapositivos ou para um posição deontológica pela qual é válido somente o que todos podem querer. (Luchi, 2006, p. 74-75).

Porém, essa consciência da contingência leva os participantes dessa democracia à insatisfação com a explicação obtida, pois precisam de uma justificativa racional para entender o motivo das normas impostas por uma maioria terem que ser aceitas por uma minoria. Essa é a primeira crítica de Habermas à teoria empirista de Becker.

O segundo tempo corresponde à domesticação da luta do pelo poder mediante o temor. Becker introduz a ideia da aceitação da regra da maioria: quando todos dispõem do mesmo poder, as vozes da maioria são uma expressão numérica impressionante de força superior. Assim, a democracia vive de uma ameaça da maioria de romper o acordo e causar uma guerra civil, portanto, uma solução admissível inclusive para a minoria é aceitar o poder estabelecido. Essa interpretação hobbesiana pode ser plausível se a maioria considera que evitar conflitos violentos é um objetivo prioritário do Estado. Porém, essa explicação ainda não esclarece como as minorias pode ser protegidas de uma tirania da maioria, por mais que se trate de uma tirania pacífica. E ainda, salienta Habermas (1997, p. 15), deve haver alguma garantia de que aqueles que litigam se submeterão às regras.

O terceiro passo prega que a alternância dos grupos no poder faz os envolvidos respeitarem as regras. Para proteção das minorias, Becker recorre às liberdades fundamentais clássicas: as majorias garantem os interesses das minorias por medo de ela

mesma tornar-se uma minoria. Portanto, é preciso evitar a perpetuação de uma maioria tirânica, pois todos devem se ater às regras do jogo: a maioria por medo de perder o poder e a minoria por uma perspectiva de alternância no poder. Ou seja, um respeita porque tem medo de perder esse poder e se tornar uma minoria sem direitos, e as minorias respeitam as regras pois acreditam que um dia podem ser o poder dominante.

A troca entre governo e oposição pressupõe que o eleitorado seja dividido em campos diversos pelas elites concorrentes, a partir de critérios ideológicos, prometendo também compensações sociais. O jogo conjunto dos meios ideológico-político e socialpolítico gera legitimação das elites diante do eleitorado: propõe-se certa distribuição de bens e se deve também interpretá-la.

Essa explicação é talhada do ponto de vista das elites, que pretendem conquistar e manter o poder. Porém o público não se motivaria a participar de um processo em que se vê apenas como “presa ideológica de partidos em concorrência” (HABERMAS, 1994, p. 356). O público precisa se convencer do por que um partido é preferível a outro, precisa de boas razões para escolher. “Assim se chega ao ponto em que aquilo que convence da perspectiva do observador não se deixa mais traduzir em um argumento que convence os participantes. Sem mudar as premissas, essa tentativa dá origem a contradições” (HABERMAS, 1994, p. 356). (Luchi, p. 75, 2006).

Porém, essa explicação objetiva da proteção de minorias e da mudança do poder é realizada conforme os interesses de elites interessadas na manutenção do poder. O discurso político não tem, para Becker, a função de chegar à verdade, mas apenas função social-psicológica de gerar aceitação: cidadãos esclarecidos vêem o processo político como a formação de um compromisso (Luchi, 2006, p. 75). Mas Habermas (1997, p.17) levanta a questão do que fundamenta essa ideia de compromisso, e conclui que Becker tem que usar uma equidade para avaliar esses compromissos.

Habermas (1994) pensa que compromissos são aceitáveis por diferentes grupos a partir de razões diversas para cada grupo; porém, os procedimentos para chegar a eles, no exercício da prudência de cada partido, pressupõem razões normativas para reconhecê-los como aceitáveis. Porque o procedimento mesmo é imparcial.

Então a formação de compromissos exige mais que um nível empírico ou mais que uma racionalidade voltada para fins. Dito de outro modo, já intuitivamente a compreensão de democracia tem um sentido normativo ao qual o empirismo não faz jus. Portanto a autodescrição empirista das práticas democráticas não dá razões suficientes para que o cidadão observe as regras do jogo democrático. (Luchi, 2006, p. 76).

Habermas conclui que uma análise da teoria filosófica de Becker leva à conclusão que não passa de uma “propaganda ideológica (elaborada) para a compreensão do Estado de direito do liberalismo” (1997, p. 18).

## **Ângulo Sociológico e a Democracia Realista**

Habermas (1997, p. 09) defende a democracia deliberativa e discorre sobre sua legitimidade. Para o autor alemão, precisamos da razão instrumental para os nossos diálogos; mas ela não pode existir sozinha: deve existir também a razão comunicativa, que é explicada na Teoria do Discurso.

No início do estudo acerca do nascimento e da legitimação do Direito, o foco foi a legislação, e os processos políticos foram deixados em segundo plano. Porém para a teoria de Habermas (1997, p. 09), que descreve a parte política como um processo de negociações e argumentações, e o Direito legítimo depende de condições exigentes que passam pelos processos e pressupostos de comunicação e no qual a razão assume uma figura procedimental. O autor deixa claro que não pretende desdobrar a questão seguindo um modelo de contraposição entre o ideal e a realidade, mas sim através de uma sociologia reconstrutiva da democracia, que escolhe seus conceitos básicos de maneira a identificar nas práticas políticas fragmentos de uma razão, mesmo que distorcida. Para isso não é necessário que se faça uma filosofia da história, pois Habermas (1997, p. 09) se apoia na premissa que o modo de operar um sistema político, constituído pelo Estado de Direito, não pode ser descrito adequadamente, mesmo que de maneira totalmente empírica, sem levar em conta a dimensão de validade do direito e a força legitimadora da gênese democrática desse direito.

No primeiro tomo do livro “Direito e democracia: entre facticidade e validade”, Habermas salienta que adotou uma linha que discutia a tensão entre facticidade e validade no âmago do próprio direito, e a partir deste novo tomo, o autor tem como ponto de vista uma relação externa ao direito, ou seja, “a tensão entre a autocompreensão normativa do Estado de Direito, explicitada na teoria do discurso, e a facticidade social dos processos políticos – que se desenrolam nas formas constitucionais” (1997, p. 10). Neste primeiro volume de sua obra, o autor discutiu processos de produção, alocação e emprego do poder político sob pontos de vista da organização do Estado de direito, regulações normativas da relação entre o poder comunicativo, administrativo e social. A partir do capítulo VII de sua obra (Política Deliberativa – um conceito procedimental de Democracia), será analisada uma sociologia política, que trata dos mesmos problemas tratados anteriormente, porém sob outro ângulo.

Para entrar nessa “democracia realista”, Habermas (1997, p. 10) critica um princípio empiricamente mitigado de democracia, que reduziria a legitimidade democrática do poder e do direito. Para Luchi (2006, p. 74), em estudo acerca de



Habermas, o empirismo político “apaga do conceito de poder político sua constitutiva vinculação com o direito legítimo e o reduz a um tipo de poder social”.

Em interessante comparação entre modelos normativos de democracia, Habermas (1997, p. 10) cria um conceito procedimental de democracia (que é incompatível com um conceito de sociedade centrada no Estado, e que se pretende ser neutra em relação a projetos de vida concorrentes). Após, o autor (1997, p. 10) acompanha o pensamento de Robert Dahl, que procura traduzir sociologicamente através de testes empíricos, a compreensão procedimental da democracia, com a finalidade de confrontar a ideia da auto-organização de parceiros do direito com a realidade de sociedades complexas.

O ponto de partida de Habermas (1997, p. 10-11) é a ideia de que o nexos constitutivo entre poder e direito tem relevância empírica por dois caminhos: através dos pressupostos inevitáveis que acompanham a instauração legítima do Direito (teoria do sistema) e através da institucionalização da prática de autodeterminação das pessoas (teoria da ação). As teorias empiristas do poder não ignoram o poder político cunhado pelo direito, mas apenas o reduzem ao poder social: o poder político pode ser concebido como uma forma de poder social “abstrato e duradouro, que permite intervenções no “poder administrativo”, isto é, nos cargos organizados de acordo com as competências” (1997, p. 11). Nesta perspectiva as condições da aceitabilidade do Direito e da dominação política se transformam em condições de aceitação, e as condições de legitimidade se transformam em condições para a estabilidade de uma fé da maioria na legitimidade de tal dominação.

Porém, o mesmo não aconteceria com uma teoria da democracia cujos conceitos empiristas e olhares são tomados de empréstimo das ciências sociais: ela demonstraria a visão dos próprios participantes e esclarecer por que as elites e cidadãos devem querer contribuir, o que acabaria por dispensar o conteúdo normativo do Estado de direito (Habermas, 1997, p. 11).

### **Modelos de Democracia: Empirismo *versus* Normativismo**

Habermas (1997, p. 18), após discorrer acerca dos fundamentos empiristas das regras do jogo democrático proposta por Becker, conclui que a filosofia do referido autor não é satisfatória, pois cidadãos racionais não tem razões para manter as regras da

democracia apenas com base em uma autodescrição empirista de suas práticas. A partir de tal conclusão, retoma três modelos normativos de democracias já bem conhecidos. Para estes modelos, o conceito de poder político inclui a legitimidade jurídica, ou seja, a aceitação racional das normas por todos os participantes. Para o autor alemão (1997, p. 18), o processo de política deliberativa constitui o âmago do processo democrático.

Para Luchi (p. 76, 2006), Habermas pretende, neste estudo comparativo, avaliar qual desses modelos tem maior possibilidade de ligação com as ciências sociais, e portanto, a melhor orientação na situação contemporânea. Apesar de Habermas realizar a comparação entre os modelos por suas características individualmente tomadas, neste trabalho considerou-se que didaticamente seria interessante explicar cada um dos modelos isoladamente, discorrendo acerca de todas as características trazidas pelo autor de maneira unificada.

Inicia-se a análise pela concepção liberal, que coloca o Estado como o guardião de uma sociedade de economia e no qual o processo democrático se realiza exclusivamente na forma de compromissos de interesses. As regras para formação destes compromissos devem assegurar uma equidade de resultados que são fundamentados nos direitos fundamentais liberais. Nessa visão, a separação entre aparelho do Estado e sociedade deve ser superada pelo processo democrático, e o equilíbrio do poder e dos interesses precisa ser canalizado através do Estado de Direito.

Para Habermas (1997, p. 20), o modelo liberal não consiste na autodeterminação democrática das pessoas que deliberam, mas sim na normatização constitucional e democrática de uma sociedade econômica, que deve garantir um bem comum apolítico, através da satisfação das expectativas de felicidade de pessoas privadas em condições de produzir. Na interpretação liberal, a formação democrática da vontade tem como função única a legitimação do exercício do poder político (resultados das eleições autorizam a assunção do poder pelo governo); portanto, a soberania do povo é exercitada nas eleições e através dos órgãos especiais da legislação dos poderes Executivo e Judiciário.

O modelo liberal considera que não se possa eliminar a distância entre sociedade e Estado, mas que se deva lançar pontes entre ambos mediante o processo democrático. Poder e interesse dos cidadãos individualizados devem se equilibrar por meio do estado de direito e de sua Constituição. [...] A compreensão da política é, portanto, centrada no Estado, embora a política não cubra todo o âmbito da sociedade. [...] O eixo desse modelo é então a regulamentação, pelo Estado de direito, de uma sociedade de economia. (Luchi, 2006, p. 77).

Por sua vez, a interpretação republicana percebe a formação da vontade democrática na forma de um auto entendimento ético-político, no qual o conteúdo deve ter o respaldo do consenso entre os sujeitos privados e ser exercitado pelas vias culturais. Nesta visão, a formação política da opinião e da vontade das pessoas privadas constitui o *médium*, através do qual a sociedade se constitui como um todo estruturado politicamente, e a sociedade é por si mesma uma sociedade política. Isso faz com que democracia seja um sinônimo de auto-organização política da sociedade, do que resulta uma compreensão de política dirigida contra o aparelho estatal. A formação democrática da vontade tem uma função importante de constituir a sociedade como uma comunidade política, e o povo é o titular de uma soberania que não pode ser delegada.

Luchi (2006, p. 75) entende que a concepção republicana “almeja a formação de uma totalidade política, por meio de uma sempre renovada autocompreensão ética dos cidadãos, a qual deve se atualizar periodicamente, inclusive em rituais cívicos. Aqui o Estado é visto como associação jurídica de cidadãos eticamente conscientes de sua vinculação”. Para o republicanismo, a sociedade sempre foi em si política.

A construção do conceito de democracia deliberativa por Jürgen Habermas se situa entre outros dois conceitos antagônicos de democracia cunhados pelo Estado Moderno: o conceito liberal – aonde se estabelece limites a vontade do povo, permitindo o seu exercício somente através de certos procedimentos e órgãos representativos da legislação, do executivo e da administração além de se conceber uma sociedade pautada em acordos de interesses privados de uma população despolitizada governada por uma classe política e o civil-republicano – de auto-organização política dos cidadãos ativos, soberanos e politizados. (Carvalho, 2017).

Habermas (1997, p. 21) arremata que a teoria do discurso assimila tanto as posições liberais quanto as republicanas, integrando-os em um conceito de procedimento ideal para a deliberação e a tomada de decisão. As regras do discurso e formas de argumentação extraem seus conteúdos normativos da base de validade do agir orientado pelo entendimento e em última instância, da estrutura da comunicação linguística e da ordem insubstituível da socialização comunicativa. Essas ideias preparam a base para uma conceitualização normativa do Estado e da sociedade.

Na teoria do discurso, o processo democrático tem mais conotações normativas mais fortes que o modelo liberal, mas mais fracas que as do modelo republicano; o centro do processo político é a formação da opinião e da vontade, sem entender que a constituição do Estado de Direito possa ser algo secundário. A imagem formada é de uma sociedade descentrada, sem uma totalidade social centrada no Estado, como sujeito superdimensionado e agindo em função de um objetivo. Essa ideia conta com a

intersubjetividade de processos de entendimento, situadas num nível superior, os quais se realizam através de procedimentos democráticos ou na rede comunicacional de esferas públicas políticas. O fluxo de comunicações entre a formação pública da vontade, as decisões institucionalizadas e as deliberações legislativas garantem a transformação do poder produzido comunicativamente.

As fronteiras entre Estado e sociedade são respeitadas, mas a sociedade civil distingue-se tanto do sistema econômico quanto da Administração Pública. A formação democrática da opinião e da vontade funcionam como a comporta mais importante para a racionalização discursiva das decisões de um governo e de uma Administração que é vinculada ao direito e à lei. A racionalização significa mais do que uma simples legitimação, mas menos do que a constituição do poder. O conceito de soberania do povo resulta de uma apropriação e conversão republicana da ideia de soberania, oriunda dos tempos modernos e do absolutismo, e que resultou em uma ideia de incorporação no povo.

Para quem adota a premissa questionável de um conceito de Estado e de sociedade delineado a partir do todo e de suas partes – onde o todo é constituído pela cidadania soberana ou por uma constituição – o republicanismo e o liberalismo constituem alternativas completamente opostas. Todavia, a ideia de democracia, apoiada no conceito do discurso, parte da imagem de uma sociedade descentrada, a qual constitui – ao lado da esfera pública privada – uma arena para a percepção, a identificação e o tratamento de problemas de toda a sociedade. (Habermas, 1997, p. 24).

Desta análise, Habermas (1997, p. 21-22) passa a interpretar a ideia da soberania popular de maneira intersubjetivista, sendo um poder produzido comunicativamente, resultado das interações entre a formação da vontade institucionalizada constitucionalmente e esferas públicas mobilizadas culturalmente que encontram uma sociedade civil que se distancia tanto do Estado quanto da economia. A teoria do discurso considera o sistema político com um dos sistemas de ação, e não o centro, e a política como meio de comunicar como todos os demais domínios de ação legitimamente ordenados. O sistema político depende de diversas outras realizações do sistema, como a econômica, enquanto a política deliberativa mantém umnexo interno com os contextos de um mundo da vida racionalizado, que se forma e regenera quase sempre de modo espontâneo, dificultando as intervenções diretas do aparelho político.

## **Conclusão**

A obra de Habermas busca unir direito, filosofia e ciências sociais, e se baseia em uma razão comunicacional e dialógica, e portanto, construída (Leão, Pedro, 2012). Habermas trabalha a questão da política deliberativa a partir da teoria de democracia de Werner Becker, concluindo que as ideias defendidas pelo referido autor são insatisfatórias pois baseadas em pressupostos empíricos, partindo, portanto, para uma análise dos modelos ideias de democracia – a liberal, a republicana e a baseada na teoria do discurso. Aponta as características de cada uma delas, e conclui que é necessário se considerar um “horizonte de universalidade de entendimento” (Luchi, 2006, p. 81).

Habermas, em sua obra, cujo estudo presente aborda apenas uma pequena parcela, acredita que os problemas das democracias modernas podem ser superados por meio de seu modelo de direito discursivo, pois apenas com ele se geraria a facticidade e validade de uma norma.

### Referências Bibliográficas

- CARVALHO, Erick B. A democracia deliberativa em Jürgen Habermas: desenvolvimento e crítica. *In: Revista de Direito Constitucional e Internacional*. V. 100, Mar./Abr. 2017. P. 347-362. Disponível em: <https://www.revistadostribunais.com.br/maf/app/search/run>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Volume II. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997.
- LEÃO, Anabela C., PEDRO, Rute T. Recensão a Jürgen Habermas, “política deliberativa: um conceito procedimental de democracia”, in faktizität und geltung. Beiträge zur diskurstheorie des rechts und des demokratischen rechtsstaats, 1992. *In: Repositório aberto*. 2012. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/104451/2/49962.pdf>. Acesso em 23 jul. 2023.
- LUCHI, J. P. Para uma teoria deliberativa da democracia. *In: Revista de Informação Legislativa*. n. 172. Out/dez 2006. Brasília. Disponível em: [https://www.ufrb.edu.br/etica/images/Teoria\\_deliberativa\\_da\\_democracia.pdf](https://www.ufrb.edu.br/etica/images/Teoria_deliberativa_da_democracia.pdf). Acesso em: 30 abr. 2023.
- PEREIRA, N. B. Representação e Democracia: algumas possibilidades de participação nas democracias contemporâneas. *Aurora: revista de arte, mídia e política*. v.8, n.24, p. 32-51. Out/2015-Jan/2016. São Paulo: 2016. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/aurora/article/download/26728/19500/72776>. Acesso em: 01 maio 2023.

SOUZA, L. R. Administração pública e gestão ambiental democrática: uma análise a partir da função do Direito em Jürgen Habermas. *Revista Internacional de Direito Ambiental*, v. 13, p. 233-254. Macapá: 2016.